

ETNODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO EXTREMO BAIXO RIO BRANCO/RR

Introdução

A realização deste trabalho tem como objetivo analisar a realidade vivida pelas comunidades ribeirinhas do extremo¹ Baixo Rio Branco a partir das discussões sobre o etnodesenvolvimento.

Etnodesenvolvimento significa satisfazer a necessidade básica do maior número de pessoas possíveis, ao invés de priorizar o acúmulo de capital; priorizar a resolução de problemas e necessidades locais; valorização do conhecimento e tradição local; busca pelo equilíbrio com o meio ambiente; possibilidade dos grupos auto-sustentarem-se e tornarem-se independente dos recursos técnicos. Sua característica é promover ações integrais e de cunho participativo entre os membros que compõem a comunidade.

A partir desta definição é imprescindível a realização de uma leitura crítica sobre os diversos contextos pontuados pela ideia arcaica de desenvolvimento da Amazônia defendida pelo Estado de Roraima, assim como o uso descontrolado dos benefícios disponíveis pela natureza ao homem explorado pelos grandes barcos de pesca que vem do estado do Amazonas realizar pesca predatória na região em discussão.

Na região vivem sujeitos com identidade dupla, porque necessitam da pesca e da agricultura para sobreviverem, e é nestas duas linhas de frente que enfrentam seus maiores dilemas, de um lado o conflito de terra e do outro, conflito de água. No que tange a organização social do grupo, o Estado de Roraima quer transformá-la em

1 A utilização deste termo ocorre para identificar as comunidades que vivem na divisa do Estado de Roraima com o Estado do Amazonas, na região do rio Jauaperi, já que é muito comum a identificação do termo “Baixo Rio Branco” com a comunidade Santa Maria do Boiaçu.

* Formado em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Roraima - UFRR.

Assentados do Estado, o que vai na contramão do que eles anseiam, que é a transformação da área em uma Reserva Extrativista – RESEX, por acreditar que esta é a única forma de conseguirem defender a natureza, tirando dela apenas o necessário para sobrevivência, e manter o seu modo de vida.

Para o Estado a RESEX é inviável, porque contraria suas expectativas de explorar a área, principalmente no aspecto madeireiro e grilagem de terras para produtores de fora de Roraima.

Na outra frente, que envolve a pesca nos rios, estão os barcos geleiros que vem do estado do Amazonas realizar pesca predatório nos locais aonde as famílias locais pescam para sua sobrevivência e vender o excedente àquele Estado. A pesca predatória consiste no uso de grandes redes de pesca em arrastões², que não faz a seletiva dos peixes que servem para o abate e aqueles que devem permanecer no rio ainda por mais tempo.

Esta prática predatória tem deixado os ribeirinhos sem opção de pesca, pois saem de casa sem a expectativa de voltar com peixe, dada a escassez provocada pela pesca descontrolada dos barcos geleiros.

As informações presente neste trabalho foram colhidas junto a lideranças, que moram na região, em encontros realizados no Estado do Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a Universidade Estadual do Amazonas – UEA em 2010 e pelo Instituto Socioambiental – ISA na Universidade Federal de Roraima – UFRR em 2011.

O conhecimento de tais conflitos se deu ainda quando estava na Comissão Pastoral da Terra – CPT, e aproveitei estes eventos para conversar com as lideranças do extremo Baixo Rio Branco sobre o momento vivido por eles. Na conversa me falaram sobre o andamento da transformação da área em RESEX, dos conflitos de terras com madeireiros e o Estado, que quer transformá-los em assentados, que tem resultado em diversas ameaças de morte e queima de algumas casas. E os conflitos de água, especificamente sobre a questão da pesca, que resultou, inclusive, no assassinato, em 2006, de um morador da região, que trabalhava como fiscal voluntário para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

2 Técnica utilizada entre duas embarcações, onde uma fica de lado do rio a outra fica na outra extrema, descem as redes, que suportam toneladas de peixe, e saem puxando por uma distancia que considerarem suficiente para a quantidade de peixe suportado pela mesma. Em parte rasa do rio, os pescadores descem e vão pegando os peixes e jogando para dentro das embarcações, que tem o seu porão como geleira, onde ficam armazenados os peixes. A seleção dos que servem para a venda e os que não servem acontece apenas quando atacam no porto, tempo em que os peixes já estão todos mortos, e jogado fora os que não servem para o mercado.

Foi este contexto que me motivou a escrever este artigo, que está dividido em duas partes, na primeira procuro fazer uma discussão teórica sobre o etnodesenvolvimento, tema este que serve de introdução para compreensão da realidade vivida pelas famílias no extremo Baixo rio Branco, assim como da importância da criação da RESEX naquela região, que é a segunda parte desenvolvida neste trabalho.

1 Interfaces do Desenvolvimento sustentável e Etnodesenvolvimento

Vemos em Bellen (2004) que a construção da consciência social a respeito da degradação ambiental, provocado pelo desenvolvimento, ocorre no final do século XX. O envolvimento da sociedade neste campo de discussão, assim como sua mobilização, contribuiu para construir na década de 90 um novo conceito de desenvolvimento.

A invenção de um modelo de desenvolvimento capaz de explorar a biodiversidade respeitando sua diversidade, ou seja, mantendo um equilíbrio entre capital e recursos naturais, foi a nova estratégia encontrado pelo capitalismo para continuar explorando de maneira agressiva o meio ambiente e as pessoas que vivem nele e dependem dele para continuar sobrevivendo.

Esse é o eixo que norteia e define o desenvolvimento sustentável. Bellen (2004) ainda ressalta que na acaloração das discussões em busca de um modelo diferenciado para explorar a biodiversidade amazônica, o conceito de desenvolvimento sustentável não foi debatido o suficiente, pois não houve, naquele momento, a construção de uma plataforma que pudesse discutir, criticamente, todas as etapas que compõe esse ideal de desenvolvimento. O autor acredita que, por conta dessa situação, existe nos dias atuais uma disparidade sobre a definição do que realmente vem a ser desenvolvimento sustentável, pois há correntes distintas pensando o conceito de desenvolvimento sustentável, cada uma com o objetivo de responder suas próprias inquietações, enquadrando-a de maneira que legitime suas práticas. Essa situação faz com que as avaliações realizadas a respeito da eficácia ou não do projeto não seja consensual.

Essa des-consonância a respeito do conceito que norteia a idéia de desenvolvimento sustentável chegou ao extremo porque, segundo Pellaud (2002), a comunidade européia não o reconheceu como objeto necessitado de importância científica, ocupando espaço apenas em discussões políticas, cujo objetivo se pautava no esforço de justificar a atuação, de forma predatória, do capital mercadológico em regiões detentora de riquezas naturais, tornando-se fontes inesgotáveis de matéria-prima. Por outro lado, mostra a autora, que se a propaganda tornou o uso do termo popu-

lar, em outras circunstâncias, a operacionalização do mesmo teve suas dificuldades.

Conforme assinala Pellaud (2002, p. 2) “(...) De fato, há uma omissão mundial da discussão de temas ligados à Educação Ambiental seja em espaços escolares ou não o que provoca sérias conseqüências para a conceituação geral do desenvolvimento sustentável”.

No alarde efervescente das discussões, as questões que envolvem tanto a biodiversidade como desenvolvimento sustentável ganharam espaço dentro das ciências, tornando-se objetos de trabalho dos mais variados pesquisadores do mundo, seja institucional ou não. Essa nova realidade em que se encontra a biodiversidade faz florescer os mais variados estudos com o objetivo de entendê-la melhor, dando suporte, dessa forma, às teorias que passam a ser formuladas a partir desse contexto. Essas teorias, por sua vez, servem como arcabouço para a construção de cursos universitários e suas infundáveis disciplinas acadêmicas, cuja finalidade das ementas é se aprofundar com mais propriedade do assunto. (GOMES, 1996; BARBIERI, 1997; NUNES, 2002).

Milaré (2001) elabora uma crítica a definição etimológica do meio ambiente. Segundo suas palavras:

Tanto a palavra *meio* como o vocábulo *ambiente* passam por conotações, quer na linguagem científica quer na vulgar. Nenhum destes termos é unívoco (detentor de um significado único), mas ambos são equívocos (mesma palavra com significados diferentes). *Meio* pode significar: aritmeticamente, a metade de um inteiro; um dado contexto físico ou social; um recurso ou insumo para se alcançar ou produzir algo. Já *ambiente* pode representar um espaço geográfico ou social, físico ou psicológico, natural ou artificial. (MILARÉ, 2001, p. 63)

Nesse aspecto, encontram-se diversos conceitos nos trabalhos científicos defendidos e apresentados pelas academias ou fora delas. Esse leque de possibilidades do significado de meio ambiente, cria espaço para que ele seja configurado nos mais variados desdobramentos, como sua assimilação à cultura, ao trabalho, dentre outros. Porém, um fato importantíssimo é que o modo como compreendemos o meio ambiente não pode fugir da envergadura que o coloca de encontro com as relações humanas. Importante lembrar que nessa relação é criado não um compromisso de preservação, mas um vínculo de cuidado. O cerne dessa relação não é só preservar, mas, imprescindivelmente, cuidar ao mesmo tempo em que é cuidado através da colheita dos nutrientes que a floresta fornece. (SANTOS, 1997).

Segundo a concepção de Santos (1997):

(...) Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de “natureza primeira” para contrapor à “natureza segunda” *já é segunda nature-*

za. A natureza primeira como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social (...). (SANTOS, 1997, p. 8).

Aquilo que os teóricos acima nos apresentam como formas de compreender o meio ambiente conceitualmente, por mais que não exista, uma definição precisa sobre o que realmente venha ser “meio ambiente”, nos ajuda a perceber que tratar dessa questão sem a inclusão do ser humano passa a ser praticamente impossível. Mesmo porque a natureza não pensa a si mesmo e não auto-contribui para satisfazer as necessidades dessas pessoas.

Não se pode deixar de ressaltar que essa relação homem e natureza acontece nos mais diferenciados graus possíveis, indo desde sua predação³ até a conservação dela como santuário ecológico. Dessa forma, compreende-se que o meio ambiente não se pauta apenas pela preservação da biodiversidade ecológica, mas também pela disposição de elementos, como fauna, flora, água potável, clima, que dá ao ser humano uma vida saudável e de qualidade, (ROCHA (1997).

Uma discussão a respeito do meio ambiente não pode está desatrelada da idéia de espaço. Um espaço voltado mais para o aspecto geográfico. Neste sentido, com seu vasto estudo no ramo da geografia, Santos (1996 e 1997) apresenta o espaço, aqui citado, de forma clara e objetiva, procurando conhecer, compreender e apresentar o espaço em que está inserido o homem. Mesmo sendo uma definição perspicaz e exigente ao mesmo tempo, o autor consegue fazer uma leitura diferenciada daquilo que é o espaço geográfico ocupado pelo homem e espaço das relações sociais. Segundo o autor (1996):

(...) O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 1996, p. 120)

Ao lado da problematização do espaço está à concepção de recursos naturais, que é considerado uma temática estimulante de diversos debates. As divagações sobre o seu sentido e definição são as mais polarizadas possíveis, pois tais discussões não estão agregadas apenas nos estudos ambientais, mas ganha espaço, principal-

3 Mesmo que predador, relação alimentar em que um predador se alimenta de outros animais ou plantas.

mente, no cenário político e econômico. Esta situação promove uma visão a respeito de recursos naturais que o concebe, de certa forma, atrelado a processos que faz do homem a centralidade do espaço ocupado. Recursos naturais, homem e espaço se associam de tal maneira que se torna difícil separar um do outro, ou seja, não se tornam compreensíveis desagregados; o conhecimento dessa realidade é acometido pela interligação desses três elementos.

Na linguagem mercadológica, a visão e concepção que a idéia de recursos naturais passa a representar é a do capital. As mobilizações em prol da defesa da biodiversidade não ocorrem por questão de sentimento de perda futura da riqueza natural que ela representa, mas está imbuído nessa idéia o desejo de detenção desse espaço para si, garantindo, dessa forma, o aumento de capital.

Na verdade, a partir do aspecto acima, tanto a exploração como a conservação se associam à necessidade de produção. O diferencial nessa produção são as formas como os atores ali dentro resolvem explorar aquilo que a biodiversidade tem a oferecer. O capital industrial fomenta suas práticas através do desenvolvimento sustentável, já a população que ocupa, tradicionalmente esses territórios, faz uso dos recursos não com a pretensa do desenvolvimento, mas apenas de subsistência do grupo familiar ou comunitário, fomentando, assim, o etnodesenvolvimento.

Segundo Raffestin (1993), essa é:

(...) uma atitude que tende para relações simétricas e que está marcada por um forte espírito de gestão a longo prazo (...). Por isso, sem dúvida, coloca em dificuldade os países industrializados (...). Estes últimos devem aprender também um outro comportamento na sua utilização dos recursos. O consumo está para o gasto, assim como a exploração está para a produção. (RAFFESTIN, 1993, p. 236).

Assim, o que se esconde por trás da idéia de conservação é a prática do desenvolvimento sustentável. Na contramão desta política, de forma a desenvolver as comunidades tradicionais, a partir de aspectos diferenciados em relação ao método utilizado pela sociedade capitalista, nasceu o etnodesenvolvimento. Para o criador deste termo, Stavenhagen (1985), o significado do etnodesenvolvimento é o de uma etnia, autóctone, tribal ou outra, que detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

Encontramos em Stavenhagen (1985) duas terminologias que tem como objetivo dar uma melhor definição ao significado de etnodesenvolvimento. A primeira delas é que o etnodesenvolvimento pode ser concebido como desenvolvimento eco-

nômico de um grupo étnico; a segunda definição é que ele seja o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social.

Como podemos perceber, uma não exclui a outra, mas há uma complementação. Existe uma relação bem próxima porque a manutenção do grupo étnico, de acordo com a moderna política econômica, já não depende apenas daquilo que a biodiversidade de seus territórios oferece, a dinâmica é manufaturar essa matéria-prima e comercializar. A diferença dessa técnica para a usada pelo desenvolvimento sustentável, é que nela é a própria comunidade que faz a colheita do material e o beneficia. No desenvolvimento sustentável é o estranho, o de fora, que adentra, por meio de financiamentos, à região para explorá-la sem medir as gravidades.

O etnodesenvolvimento dar vida às comunidades e povos que estão ligados diretamente com a biodiversidade, morando em seu seio, o que possibilita que a própria comunidade produza e gerencie os recursos, visando não o capital, mas a sustentabilidade do grupo social que ali vive por séculos. O seu processo de desenvolvimento cria mecanismos que combate diretamente a marginalidade e a pobreza dos povos que vivem em seus territórios étnicos.

O capital, fruto do projeto que promove o desenvolvimento sustentável, ataca diretamente as bases de uma identidade étnica, porque a existência de grupos que tem optado por tal prática tem fortalecido cada vez mais a luta contra qualquer tipo de exploração e transformação dos recursos naturais em produtos para a indústria. Em detrimento disso, o capital elabora suas estratégias para inserir-se na cultura desses povos, com o objetivo de promover ações que a neguem.

No caso da população indígena, por exemplo, no tocante as demarcações de seus territórios, são construídos discursos anti-indigenismo, de que os indígenas não precisam de tanta terra, porque são preguiçosos; que a demarcação simboliza atraso para o progresso do Estado, dentre outros.

O que menos interessa à sociedade capitalista é deixar claro nesse complexo jogo de interesse de que desenvolvimento se estar falando; o que realmente está em jogo; se a garantia de um território para as futuras gerações desses povos, capaz de garantir a sua sustentabilidade, ou apenas fazer com que os grupos econômicos se tornem cada vez mais dominante.

A respeito do etnodesenvolvimento local, Little (2002) contribuir com algumas reflexões sobre o conceito do mesmo. Na perspectiva deste autor:

Há muitas maneiras de conceitualizar o etnodesenvolvimento local, sendo que cada uma delas leva consigo um conjunto de valores políticos e culturais. A análise do etnodesenvolvimento local apresentada aqui não pretende ser exaustiva, antes procura colocar alguns

dos temas e problemas principais vistos desde uma perspectiva informada por minha formação como antropólogo. O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como conseqüência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica. (LITTLE, 2002, p. 40).

Segundo o autor, quando nos atemos com bastante atenção a esse fato, nos deparamos com uma dualidade de forças que torna constante a tensão no processo do etnodesenvolvimento local. A primeira delas é a organização e mobilização política do grupo em defesa de sua autonomia cultural; a segunda é trazer para si a responsabilidade de operacionalizar os mecanismos de sua integração à estrutura econômica. Em outras palavras, os protagonistas da administração do processo que serve de extensão entre o grupo étnico e o sistema econômico devem ser eles próprios e não quem está de fora.

As famílias que vivem no extremo Baixo Rio Branco

Na região do extremo Baixo Rio Branco/Jauaperi as famílias pela criação de uma Resex, cuja área chega a 580 mil hectares, esta extensão cobre os territórios de Rorainópolis, no Estado de Roraima e Novo Airão, no Amazonas. O número de famílias que moram dentro área chega a 150, e sobrevivem da pesca artesanal e extração da “castanha do Pará”.

Conforme relato de duas lideranças, por meio de conversa informal, em Manaus, me informaram que o processo de reconhecimento da área iniciou em 04 de julho de 2001, por meio de um abaixo-assinado, promovido entre as comunidades de Santa Maria Velha, Vila da Cota, Remanso, Itaquera, Floresta, Samaúma e Xixuaú, e enviado ao IBAMA solicitando que o mesmo desse início ao reconhecimento extrativista da área, com o nome de Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco/Jauaperi.

Depois de refletirem a respeito dos benefícios que a Resex traria às comunidades, somaram-se à luta as comunidades de Tanauaú, Palestina, Gaspar e São Pedro, que ficam à margem esquerda do rio Jauaperi, já pertencentes ao município de Novo Airão, estado do Amazonas.

A aprovação da Resex é considerada pelos moradores, segundo as duas lideranças, como instrumento de proteção dos recursos naturais presente em toda a região, principalmente da madeira, peixes e quelônios.

A luta, anos depois, ganhou reforço do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICM-Bio, que foi o responsável pela realização dos estudos requeridos para a criação de uma Resex, cujo resultado dos trabalhos recebeu pleno apoio do programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, que pertence ao governo Federal, que financiou os estudos de caráter socioambiental e as consultas públicas. Recebeu também o apoio de ONGs nacionais e internacionais, como a WWF, Fundação Vitória Amazônica e Instituto Socioambiental – ISA.

Em 2006 as famílias entraram com o processo no Ministério do Meio Ambiente. Em 2007, o processo foi encaminhado pelo Ministério à Casa Civil, onde ainda está parado. O passo final para criação da Resex depende do despacho da mesma. O maio imbróglgio é o Estado de Roraima, cujo governador à época era o falecido Otomar de Souza Pinto, que desde então, entrou com processo de reconhecimento da área como sendo pertencente ao Estado. Uma das pressões utilizadas pelo Estado foram a aprovação do Decreto Nº 6345, de maio de 2005, e a reserva de recurso para continuidade de abertura da BR-431, localizada no Jundiá.

O Decreto 6345 antecipa o processo de possível criação da área em Resex, transformando-a em área de assentamento. O Decreto não implica apenas na transformação da região em assentamentos, mas na negação de uma identidade coletiva afirmada pelo grupo de moradores da área, que se consideram populações tradicionais, e não assentados. Tal documento implica ainda na desconstrução do modo de vida dessas famílias, que deixam de gerir sua própria sustentabilidade para passar a depender das políticas de reforma agrária estaduais.

A continuidade da abertura da estrada não foi autorizada com o objetivo de atender às famílias que ocupam a região, ou facilitar a entrada do Estado para lhes garantir as políticas sociais básicas, como educação e saúde, mas para permitir melhor acesso aos grileiros de terras, pois esta é uma área rica em biodiversidade e propicia ao turismo. Também muito propicia à exploração de madeiras. A exploração dos recursos naturais por empresários de fora do Estado, o que acontece comumente, é um dos motivos que motiva o Estado a manter-se inflexível sobre o assunto.

Este Decreto e a continuação de abertura da BR-431 motivou as comunidades presente na região elaborar uma nota de repúdio contra a decisão do Estado, cujo abaixo se encontram alguns trechos:

Nòs, moradores tradicionais das comunidades do Rio Jauaperi vimos a público, através deste documento, pra declarar a nossa total contrariedade ao Decreto Estadual No 6345-E do 5 de Maio 2005. Percebemos o plano de assentamento promulgado pelo Governador Otomar De Souza Pinto como injusto e injurioso para as nossas comunidades e todos os moradores do Rio Jauaperi. Julgamos este decreto uma violação dos nossos direitos de voz,

de liberdade e de moradia e meio-ambiente saudável. Portanto queremos afirmar que qualquer plano do assentamento no Rio Jauaperi só pode exasperar todos os problemas que estamos lutando pra resolver. Seria um ato irresponsável trazer assentamento aqui onde o povo e a cultura da nossa floresta já estão ameaçados de tantas outras formas. Confiamos na compreensão do Governador Otomar Pinto e toda a sociedade civil. Repetimos que o Decreto No 6345-E de 5 de Maio 2005 (Boa Vista –RR- 9 de Maio 2005) acaba com todas as nossas esperanças e aspirações para um futuro melhor pra nós e nossos filhos. Portanto pedimos com respeito que o Decreto 6345-E do 5/5/05 seja anulado imediatamente, junto com o projeto de construção da estrada BR 431. (ATA FORMAL DE REPUDIO DO DECRETO No 6345 – E DO 5 DE MAIO 2005 E DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA BR 431)

Enquanto a Casa Civil não se decide sobre a transformação ou não área em Resex, as famílias vivem em intensos conflitos com madeireiros, pescadores comerciais, tartarugueiros⁴ e com o Estado de Roraima, que através do Instituto de Terras de Roraima – ITERAIMA vem titulando, ilegalmente, lotes na região, já que ainda se trata de terras da União, e fomentando uma política assistencialista, aproveitando suas visitas “técnicas” para doar cestas básicas e roupas usadas às famílias da região. Esta é uma manobra, cujo objetivo pretende fragilizar a luta, dividir as famílias, assim como tentou fazer com os indígenas na Raposa Serra do Sol. Este tipo de política é característica do Estado de Roraima.

Com o objetivo de deixar bem claro às famílias que lutam pelo reconhecimento da área que ocupam em Resex, de que isto nunca deve acontecer, em 2007 foi organizada pelo Governo estadual uma Operação chamada de “Operação Marco”, formada por policiais militares e civis, técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, na época Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT, do ITERAIMA, da Secretaria Estadual do Índio, já o local faz fronteira com a reserva indígena Wamiri-Atroari, Corpo de Bombeiros e Secretaria de Comunicação Social. Esta foi uma estratégia encontrada pelo Estado para dizer que ele não está ausente.

Na verdade, esta Operação teve duas linhas de frente, tentar prestar um serviço técnico às famílias, assim como averiguar a denúncia feita sobre o avanço feito pelos índios Waimiri de 15 km sobre o marco que demarca a reserva, e coagir as lideranças que se opunham ao projeto do Estado de transformar tudo aquilo em um grande assentamento rural sob sua égide.

Enquanto a criação da Resex está travada na Casa Civil, perseguições e ameaças são feitas, e em alguns casos há a concretização das mesmas, como o assassinato de

4 Caçadores de tartarugas, que vendem os animais clandestinamente.

José Santos Cruz, em 2006, e o incêndio da residência do Sr. Chico Caetano, uma das lideranças mais atuante na transformação da área em Resex.

Em abril de 2011 aconteceu no município de Parintins o Encontro em Defesa da Floresta e da Produção Sustentável, que contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que foi filmada afirmando que a Resex do Baixo Rio Branco/Jauaperi poderia ser homologada ainda em junho do mesmo, porém, ainda o Decreto de criação não saiu.

Enquanto isso, o Estado continua se aproveitando da situação para perseguir as famílias que ali moram. A mais recente investida do Estado foi a divulgação, em 2011, de uma decisão judicial que desapropria as famílias que moram na comunidade de Xixuaú, alegando serem aquelas terras de interesse do Estado que foram ocupadas ilegalmente. Em março de 2011 os ministérios públicos Federal e do Estado divulgaram a informação de que o ITERAIMA estava se apropriando de terras federais e fazendo doação das mesmas desordenadamente, sem nem mesmo realizar o georreferenciamento, técnica utilizada para evitar sobreposição de terras.

Analisando esta realidade a parti do conceito norteador do etnodesenvolvimento local, percebe-se a urgência de legitimar a criação desta Resex, porque as famílias que residem nesta região estão refém de um Estado que pauta suas políticas apenas para o fortalecimento de uma sociedade capitalista que em nada contribui para o crescimento do Estado, apenas o explora, como fazem os empresários plantadores de soja que ganham terra do Governo para produzir aqui e fortalecer seu Estado natal.

Implementar políticas que atendam os anseios de grupos sociais, como as famílias que vivem no extremo Baixo Rio Branco, não é prioridade ao Estado, que busca a dissolução de grupos assim, para colocar em seu lugar grupos de empresários, como vem fazendo na região do Água Boa do Univini, que também faz parte do Baixo Rio Branco. Nesta região, por meio de uma Portaria baixada pela FEMARH, proibiu que os ribeirinhos continuassem a realizar sua profissão de pescador, liberando toda a área para um grupo de empresários, que construíram na região hotéis de selva, atender sua clientela, que os procura para realizar a pesca esportiva.

Considerações

A relação cultural construída no pensamento econômico se dirige a um grande desafio, que, por sua vez, só é possível pensá-lo a partir de uma extensa construção social. Não se pode pensar ou falar em desenvolvimento cultural sem levar em consideração a questão econômica e o sujeito que a pensa e a movimenta, o ser humano

É indicativo nesse estudo que a cultura delega significados para as relações estabelecidas entre indivíduos e meio ambiente, assim como à junção de todos os elementos que ajudam a formar o modo de vida das pessoas e lhes proporcionar uma condição de vida digna, o que confere reconhecimento de suas tradições e saberes.

Sendo a cultura uma dimensão subjetiva ao indivíduo, não tem como o econômico estratificá-la, pois como algo abstrato, constrói nos indivíduos a contenção de uma reflexão a respeito de si mesmo que, por sua vez, leva ao discernimento de seus valores e das escolhas.

Através da cultura o indivíduo se expressa, pois tem consciência de si mesmo, se reconhecendo como projeto inacabado; e como tal estar sempre a procura de novas criações e novos significados. Este espaço *multidimensional* do homem não tem como ser compreendido pelo raciocínio economicista. Não é possível porque o pensamento econômico constrói seu alicerce na quantificação, no objetivismo, no determinismo. Esses elementos nos conduzem ao discernimento de que o vislumbre do capitalismo é o de defender o progresso sem considerar os custos sociais e humanos.

O resultado da discussão acima, aponta que o projeto de desenvolvimento defendido por Roraima fragmenta a construção de uma identidade coletiva. A desarticulação que o mesmo vem pautando nestes anos de luta tem provocado uma tensão social na região do extremo Baixo Rio Branco, inibindo a criação da Resex, cujo tem como propósito o bloqueio às construções sociais da sustentabilidade da floresta.

A nova configuração social, econômica e política, o etnodesenvolvimento, é fruto de uma reorganização social comprometida com as dinâmicas culturais e econômicas do amazônida tradicional na sua convivência com o rio e a floresta, e dos novos segmentos sociais rurais e urbanos que demandam políticas de dinamização econômica. A complexidade das políticas em favor da sustentabilidade da floresta reside, exatamente em como organizar as complementaridades dos antagônicos em favor de um sistema de desenvolvimento regional sustentável.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, Sarita. Geopolítica da biodiversidade. Brasília: Edições Ibama, 1998.

_____. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. In: Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. Parcerias Estratégicas - Número 12 - setembro 2001.

ALENCAR, Gisela Santos de. Mudança ambiental global e a formação do regime para proteção da biodiversidade. Brasília: Universidade de Brasília. 1995 (Tese de mestrado).

ALMEIDA, M - Desenvolvimento e Responsabilidade dos Antropólogos: um ponto de vista - mimeo, sd

- AYRES, José Márcio et alii. Abordagens inovadoras para conservação da biodiversidade no Brasil: os corredores das florestas neotropicais. (PPG7, Subprograma Parques e Reservas). Brasília, setembro de 1996.
- AZANHA, G - Comentários e observações sobre o desenho preliminar do PDI - mimeo, 1999
- BECKER, Berta et al., 1990, Fronteira Amazônica- questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UnB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004.
- CAMPBELL, Joseph, 1990, O poder do mito. São Paulo: Palas Athena.
- FOSTER, George M. As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GARRIDO FILHA, I. Manejo florestal: questões econômico-financeiras e ambientais. Estudos Avançados - USP, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 91-106, 2002.
- GONDIM, Neide, 1994, A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero.
- INGLEZ DE SOUSA, C. - Etnodesenvolvimento, globalização e os desafios dos antropólogos - Comunicação apresentada no XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados - USP, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.
- LITTLE, Paul E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (org.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. 2001, p. 39-47.
- _____. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, out.2002. Campo Grande – MS. P. 33-52.
- MACHADO, Paulo Affonso Lemes. Direito Ambiental Brasileiro. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- MILARÉ, Édís. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- MÜLLER, R. - Duas décadas de projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas: da resistência às frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90 - Comunicação apresentada no seminário A presença de Galvão na Antropologia Brasileira, Belém, 1997
- NUNES, Paulo Henrique Faria. Desenvolvimento sustentável e mineração. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 2002, São Paulo. Congresso internacional de direito ambiental. 6. Anais... São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP, 2002. p. 625-647.
- PARESCI, Ana Carolina. Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.
- PELLAUD, Francine. (2000). A utilização de concepções do público durante a difusão de um conceito complexo, o desenvolvimento sustentável, em um projeto de museologia. Tese de doutorado, FAPSE - Universidade de Genebra.
- _____. Concepções, paradigmas e valores para o desenvolvimento sustentável. ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências, Volume 04 / Número 2 – dezembro de 2002.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia* 34: 59-101, 1992.
- ROCHA, Julio César de Sá da. Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997.
- SACHS, Ignacy. Rumo à Ecosocioeconomia. Editora: Cortez, 2007. Ed. 1.
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana: estudos de antropologia social* 3(1):41-73 e 3(2):103-150, 1997.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Espaço e método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SERRA, Maurício Águia; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13-56, 1985.
- STROH, Paula Yone Sustentabilidade da biodiversidade florestal da Amazônia: um desafio complexo de construção da democracia participativa. Trabalho respaldado na tese de doutorado Fitzcarraldo e a Agenda 21: desafios da sustentabilidade amazônica, Departamento de Sociologia da UnB, 1998.
- VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento - comunicação apresentada no seminário “A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil”, CEDEPLAR/ANPUR, MG – 1991
- _____. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.29, n.4 (116), p.421-35, out./dez. 2009a.